



Ministério da Saúde
Secretaria Executiva
Fundo Nacional de Saúde – FNS
Apoio à Gestão e Organização de Fundos de Saúde

X ENCONTRO NACIONAL DA REDE DE NUTRIÇÃO
“REGRAS DO FINANCIAMENTO FEDERAL/BLOCOS
DE FINANCIAMENTO”

Brasília-DF Novembro 2010



Financiamento da Saúde

A P O I O A F U N D O S

- Quem financia a Saúde? (CF/88 Art. 198, §1º)
- O que é a Seguridade Social? (CF/88 Art. 194)
- Quem financia a Seguridade Social? (CF/88 Art. 195)
- Quem é o responsável pela gestão do SUS? (Lei 8.080/90)



De quem é a responsabilidade pela Gestão do SUS?

A P O I O A F U N D O S

“A direção do SUS é única, de acordo com o inciso I do art. 198 da Constituição Federal, sendo exercida em cada esfera de governo pelos seguintes órgãos:

I – no âmbito da União, pelo Ministério da Saúde;

II – no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente; e

III – no âmbito dos Municípios, pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente.”



Qual a participação da União, Estados, DF e Municípios?

A P O I O A F U N D O S

Até o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes:

- União: apurado no ano anterior corrigido pela variação nominal do PIB;
- Estados e DF: 12% do produto da arrecadação dos impostos e dos recursos a que se referem os artigos 155, 157 e 159;
- Municípios e DF: 15% do produto da arrecadação dos impostos e dos recursos a que se referem os artigos 156, 158 e 159.

(CF – Art. 77 – ADCT – EC 29/00)



Ações e Serviços de Saúde

A P O I O A F U N D O S

- I. Sejam destinadas às ações e serviços de acesso universal, igualitário e gratuito;
- II. Estejam em conformidade com os objetivos e metas constantes do Plano de Saúde;
- III. Sejam de responsabilidade específica do Setor Saúde.

(Resolução nº. 322/2003 - CNS)



- TRANSFERÊNCIAS POR CONVÊNIOS:
 - Decreto 6.170/2007;
 - Portaria Interministerial – 127/2008.

- TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO:
 - Lei 8.142/1990;
 - Decreto 1.232/1994;
 - Portaria GM/MS 204/2007;
 - Portaria GM/MS 2.485/2009.



Lei 4.320/64

Artigo 71 - **Constitui fundo especial**, o produto de receitas especificadas, que por lei, se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação.

Constituição Federal/88

Artigo 167 - São vedados:

I -

.....

IX- a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.



OS FUNDOS DE SAÚDE E AS CONDICIONANTES PARA RECEBIMENTO DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

A P O I O A F U N D O S

Lei 8.080/90

Artigo 33 - Os recursos financeiros do SUS serão depositados em **conta especial em cada esfera de sua atuação**, e movimentados sob a fiscalização dos respectivos Conselhos de Saúde.

§ 1º - Na esfera federal, os recursos financeiros, originários o Orçamento da Seguridade Social, de outros Orçamentos da União, além de outras fontes, serão administrados pelo Ministério da Saúde, **através do Fundo Nacional de Saúde - FNS**.



OS FUNDOS DE SAÚDE E AS CONDICIONANTES PARA RECEBIMENTO DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

A P O I O A F U N D O S

Lei 8.142/90

Artigo 4º - Para receberem os recursos de que trata o artigo 3º, desta Lei, os Municípios os Estados e o Distrito Federal deverão contar com:

I - Fundo de Saúde

.....

.....

§ Único - O não atendimento pelos Municípios, ou pelos Estados, ou pelo Distrito Federal, dos requisitos estabelecidos neste artigo, implicará em que os recursos concernentes sejam administrados, respectivamente, pelos Estados ou pela União.



NOB SUS 01/93

4- Das condições Gerais

4.1.2 – Condição de Gestão parcial

a)

b) requisitos:

.....

b4) dispor de Fundo Municipal de Saúde em funcionamento
comprovado semestralmente por extratos
bancários.



OS FUNDOS DE SAÚDE E AS CONDICIONANTES PARA RECEBIMENTO DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

A P O I O A F U N D O S

Decreto 1.232/94

Artigo 1º - Os recursos do Orçamento da Seguridade Social alocados ao Fundo Nacional de Saúde e destinados à cobertura dos serviços e ações de saúde a serem implementados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios serão a estes transferidos, obedecida a programação financeira do Tesouro Nacional, **independentemente de convênio ou instrumento congênere** e segundo critérios, valores e parâmetros de cobertura assistencial, de acordo com a Lei 8080 de 19 de setembro de 1990, e exigências contidas neste Decreto.

Artigo 2º - A transferência de que trata o artigo 1º fica condicionada à **existência de fundos de saúde** e à apresentação de plano de saúde, aprovado pelo respectivo Conselho de Saúde, do qual conste a contrapartida de recursos no Orçamento do Estado, do Distrito Federal.



OS FUNDOS DE SAÚDE E AS CONDICIONANTES PARA RECEBIMENTO DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

A P O I O A F U N D O S

Emenda Constitucional N.º 29/2000- Ato das
Disposições Constitucionais Transitórias

Artigo 77 - "....."

§ 3º Os recursos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinados às ações e serviços públicos de saúde e os transferidos pela União para a mesma finalidade **serão aplicados por meio de Fundo de Saúde** que será acompanhado e fiscalizado por Conselho de Saúde, sem prejuízo do disposto no artigo 74 da Constituição Federal.



NOAS SUS 01/2002

Capitulo III "Dos critérios de habilitação e desabilitação de Municípios e Estados"

III.1 : Condições de habilitação de Municípios e Estados;

Requisitos: **Comprovar a operação do Fundo de Saúde.**



OS FUNDOS DE SAÚDE E AS CONDICIONANTES PARA RECEBIMENTO DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

A P O I O A F U N D O S

Portaria MS 399/2006

Divulga o Pacto

Financiamento: **Cria 5 Blocos para Custeio.**

Portaria MS 699/2006

Regulamenta as diretrizes operacionais dos pactos.

Responsabilidades e prerrogativas estabelecidas pela NOB SUS/2002 ficam mantidas até assinatura do TCG.



OS FUNDOS DE SAÚDE E AS CONDICIONANTES PARA RECEBIMENTO DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

A P O I O A F U N D O S

Portaria MS 204/2007

Regulamenta o Financiamento na forma de blocos.

Art. 5º - Os recursos federais que compõem cada bloco de financiamento **serão transferidos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, fundo a fundo**, em conta única e específica para cada bloco de financiamento, observados os atos normativos específicos.



Portaria MS 837/2009

Cria o Bloco de Investimento.

Art. 31-A – O Bloco de Investimento na Rede de Serviços de Saúde é composto dos recursos financeiros que serão transferidos, mediante repasse regular e automático do FNS para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do DF, exclusivamente para a realização de despesas de capital, mediante apresentação do projeto encaminhado pelo ente federativo interessado, ao Ministério da Saúde.



Portaria MS 837/2009

- As propostas serão apresentadas por meio de Sistema de Projetos do FNS, e a área finalística do MS emitirá posicionamento quanto à aprovação;
- Os projetos encaminhados ao MS deverão ser submetidos à CIB para avaliar a sua conformidade com:
 - ✓ PES – Plano Estadual de Saúde;
 - ✓ PDR – Plano Diretor de Regionalização;
 - ✓ PDI – Plano Diretor de Investimento.
- Cada projeto aprovado será formalizado mediante Portaria específica definindo valor, prazo de execução, desembolsos e contrapartida;
- A regulamentação ocorrerá por ato normativo específico.



OS FUNDOS DE SAÚDE E AS CONDICIONANTES PARA RECEBIMENTO DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

A P O I O A F U N D O S

Portaria MS 2.485/2009

Organiza as nomenclaturas das contas correntes –
Orientações Gerais

IV – Para dar cumprimento ao que estabelece o Art. 4º da Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990, **o gestor local deverá informar ao Fundo Nacional de Saúde o número de inscrição do seu Fundo de Saúde, no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, que poderá ser, a seu critério, matriz ou filial, conforme Instrução da Receita Federal do Brasil, IN RFB n.º 748/2007.**



Composição dos Blocos de Financiamento

A P O I O A F U N D O S

- 1 - Atenção Básica
 - PAB Fixo: Limite
 - PAB Variável: PSF, ACS, SAÚDE BUCAL + Portaria 648/2006
- 2 - Atenção de Média e Alta Complexidade
 - MAC: CEO, SAMU, FIDEPS. Conforme PPI.
 - FAEC: Procedimentos Regulados pela CNRAC, Transplantes, etc.
- 3 - Vigilância em Saúde
 - Vigilância Epidemiológica e Ambiental
 - Vigilância Sanitária
 - Portaria 3.252/2009
- 4 - Assistência Farmacêutica
 - Básico
 - Estratégico
 - Dispensação Excepcional
- 5 - Gestão do SUS
 - Qualificação da Gestão – Portarias Específicas
 - Implantação de Ações e Serviços de Saúde- Portarias 1357/2006, 3181/2007; 1424/2008, 2324/2009, 1630/2010.
- 6 - Investimentos
 - UPA/SE – Portaria 1.020/2009
 - UBS – Portaria 2.226/2009
 - EQUIP-M.P./AB e ESP. – Portaria 2.198/2009



Proposta de Implantação de Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e Sala de Estabilização (SE):

- Estruturação do Colegiado de Gestão Regional - CGR
- Adesão ao Pacto pela Saúde;
- 3 Parcelas (10%, 65% e 25%).

“O FNS repassará de forma regular e automática, os recursos destinados a despesas com custeio aos respectivos fundos de saúde, para manutenção dos serviços efetivamente implantados e habilitados, devendo compor o bloco de financiamento da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.”



Financiamento da Construção de Unidade Básica de Saúde (UBS)

Uma vez publicada a Portaria de habilitação o repasse dos recursos financeiros **será realizado pelo Fundo Nacional de Saúde ao FMS ou FSDF.**

- 3 Parcelas (10%, 65% e 25%).



Aquisição de Equipamento e Material Permanente - Atenção Básica e Especializada, Urgência e Emergência, Saúde Bucal, Sangue:

- A liberação dos recursos dar-se-á de forma automática do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;
- Os recursos financeiros transferidos **deverão ser movimentados em conta bancária específica aberta pelo Fundo Nacional de Saúde em nome dos respectivos Fundos de Saúde.**
- Parcela Única.



Produtos Médicos de Uso Único

- Financiamento de Emendas Parlamentares;
- Pedidos encaminhados sob forma de "Propostas de Projeto";
- Repasse Fundo a Fundo no Bloco da MAC;
- **Conta específica em nome do Fundo de Saúde;**
- Parcela Única.



Aquisição de Medicamentos

- Financiamento de Emendas Parlamentares;
- Pedidos encaminhados sob forma de "Propostas de Projeto";
- Repasse Fundo a Fundo no Bloco da Assistência Farmacêutica.
- **Conta específica em nome do Fundo de Saúde;**
- Parcela Única.



Comprovação da Aplicação dos Recursos

A P O I O A F U N D O S

Para o Ministério da Saúde:

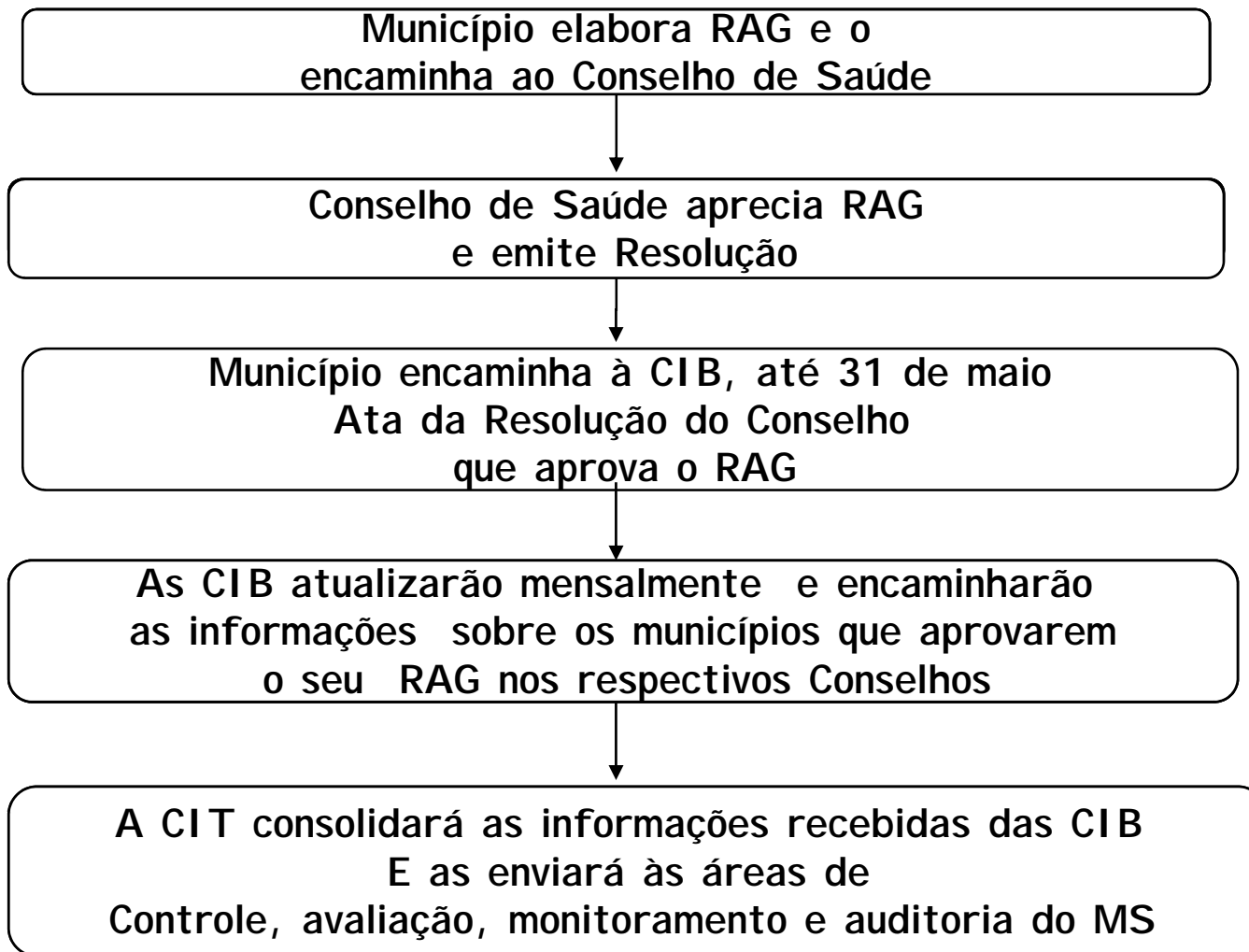
- PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO (Convênios e Congêneres);
- RELATÓRIO DE GESTÃO (Se repassados do FNS para Fundos Estaduais e Municipais);
- SARGSUS/SGEP
 - Ferramenta informatizada para elaboração do RAG;
 - Disponível no endereço: www.saude.gov.br/sargsus

(Decreto 1.651/95)



Relatório Anual de Gestão – Fluxo Municipal

(Portaria MS 3176/08, art. 8º)





Portaria n.º 2.046/09 – Regulamenta o TAS

A P O I O A F U N D O S

- Corrigir impropriedades;
- Celebrado entre gestores das três instâncias do SUS;
- Celebrado com base nas ações de Auditoria do SNA;
- Prazo de 15 dias após o recebimento do Relatório de Auditoria para propor o Termo de Ajuste Sanitário – TAS (Gestão Atual);
- Não se aplica a convênios;
- Impropriedades:
 - Descumprimento de Normas do Ministério da Saúde;
 - Falhas de natureza formal de que não resulte em dano ao erário.
- Encaminhar ao CMS, CIB e CIT para acompanhar execução;
- A fonte dos recursos para correção das impropriedades será do próprio Tesouro.



CGU – 23º Sorteio de Unidades Municipais

A P O I O A F U N D O S

Relatório de Fiscalização

Campos Belos/ GO

“Constatação:

Despesas indevidas com recursos do PAB.”

“Da análise das despesas efetuadas pela Secretaria Municipal de Saúde com recursos do Piso de Atenção Básica - PAB, foi constatada a utilização indevida de R\$49.533,16 (Quarenta e nove mil,quinhentos e trinta e três reais e dezesseis centavos), conforme detalhado a seguir, no pagamento de despesas da Secretaria Municipal de Saúde e do Hospital Municipal, contrariando o estabelecido na Portaria/MS 3.925/98 e PT/GM/MS nº 648 de 28 de março de 2006.

Portanto, o Gestor deverá proceder a correção do procedimento e devolução ao Fundo Nacional de Saúde dos recursos utilizados **indevidamente** na conta 58.044-9 do Fundo Municipal de Saúde.”



CGU – 29º Sorteio de Unidades Municipais

A P O I O A F U N D O S

Relatório de Fiscalização

Miguel Pereira / RJ

“Constatação:

Ausência de registro do Fundo Municipal de Saúde no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.”

“Não obstante o Fundo Municipal de Saúde do município de Miguel Pereira dispor de sistema de contabilidade específico, **observou-se o descumprimento das determinações previstas no § 2º do art. 12 da IN/SRF nº. 200, de 13/09/02, uma vez que o mesmo utiliza o CNPJ da Prefeitura Municipal**”.

“Os recursos federais repassados pelo Fundo Nacional de Saúde, apesar de administrados pela Secretaria Municipal de Saúde, são mantidos em contas correntes específicas de titularidade da Prefeitura Municipal de Miguel Prereira e não do FMS”.



CGU – 28º Sorteio de Unidades Municipais

A
P
O
I
O

A

F
U
N
D
O
S

Relatório de Fiscalização

Casimiro de Abreu / RJ

“Constatação:

Omissão do dever de apresentar o Relatório de Gestão dos recursos do Fundo Municipal de Saúde em 2008.”

“A elaboração de Relatório de Gestão é requisito essencial para a manutenção da habilitação do município na condição de Gestão Plena da Atenção Básica ampliada, nas condições de gestão previstas na NOAS nº. 01/2002 e, portanto, necessário para a garantia da regularidade das transferências do Fundo Nacional de Saúde, conforme estabelece o inciso IV do artigo 4º da Lei nº. 8.142/1990.”



CGU – 30º Sorteio de Unidades Municipais

A P O I O A F U N D O S

Relatório de Fiscalização

Rio Bonito/ RJ

“Constatação:

Falhas na operacionalização do Fundo Municipal de Saúde”.

“O Fundo Municipal de Saúde – FMS de Rio Bonito não está sendo operacionalizado na forma prevista pelas legislações municipal e federal. O FMS não está caracterizado como unidade gestora de orçamento, conforme definido na Lei 4.320/64, não possuindo contabilidade própria, condição fundamental para a criação de condições financeiras...

...O Secretário de Saúde não é o ordenador de despesas do FMS...”



Relatório de Fiscalização

Porto Grande/ AP

“Constatação:

Recursos da conta específica vinculada ao PAB Fixo transferidos irregularmente para outra conta da Prefeitura Municipal de Porto Grande.”

“O Município de Porto Grande recebe recursos federais do FNS provenientes do componente do Piso da Atenção Básica Fixo na conta-corrente de titularidade do Fundo Municipal de Saúde. Em análise dos extratos bancário foi possível identificar que algumas movimentações consistiam em transferências destes recursos para a conta-corrente de titularidade da Prefeitura.

Dessa forma, os recursos do Bloco Atenção Básica, incluindo os recursos do PAB Fixo, devem ser movimentados exclusivamente em sua conta específica, não podendo ser transferidos para outra conta-corrente.”



CGU – 30º Sorteio de Unidades Municipais

A
P
O
I
O

A

F
U
N
D
O
S

Relatório de Fiscalização

Gentio do Ouro/BA

“Constatação:
Não há Plano Municipal de Saúde vigente.”

“O Secretário Municipal de Saúde informou mediante o Ofício n.º 213/2009, de 19/10/2009, que o último Plano Municipal de Saúde refere-se ao período de 2002 a 2006”.

“Tal situação contrária o disposto no inciso VIII do art. 15º da Lei n.º 8.080, de 19/09/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal”.



CGU – 30º Sorteio de Unidades Municipais

A P O I O A F U N D O S

Relatório de Fiscalização

Quixaba/PB

“Constatação:

Movimentação do Fundo Municipal de Saúde sendo efetuada pelo Prefeito e Secretário de Fazenda, Finanças e Tesouraria do Município de Quixaba/PB, sem a participação do Secretário de Saúde”.

“O Secretário de Saúde não faz o acompanhamento das despesas pertinentes aos recursos da saúde, bem como não tem o conhecimento dos pagamentos que são efetuados pela Secretaria de Fazenda, Finanças e Tesouraria, juntamente com o Prefeito.”



Relatório de Fiscalização

Jequiá da Praia/ AL

“Constatação:

Utilização de recursos do PAB com despesas não elegíveis.”

“Verificamos que a Prefeitura Municipal de Jequiá da Praia realizou despesas indevidas com recursos do Piso de Atenção Básica – PAB-Fixo...”

“A Portaria nº 204, de 20/01/07, reafirma:

Art. 6º - Os recursos referentes a cada bloco de financiamento devem ser aplicados nas ações e serviços de saúde relacionados ao próprio bloco.”



CGU – 26º Sorteio de Unidades Municipais

A P O I O F U N D O S

Relatório de Fiscalização

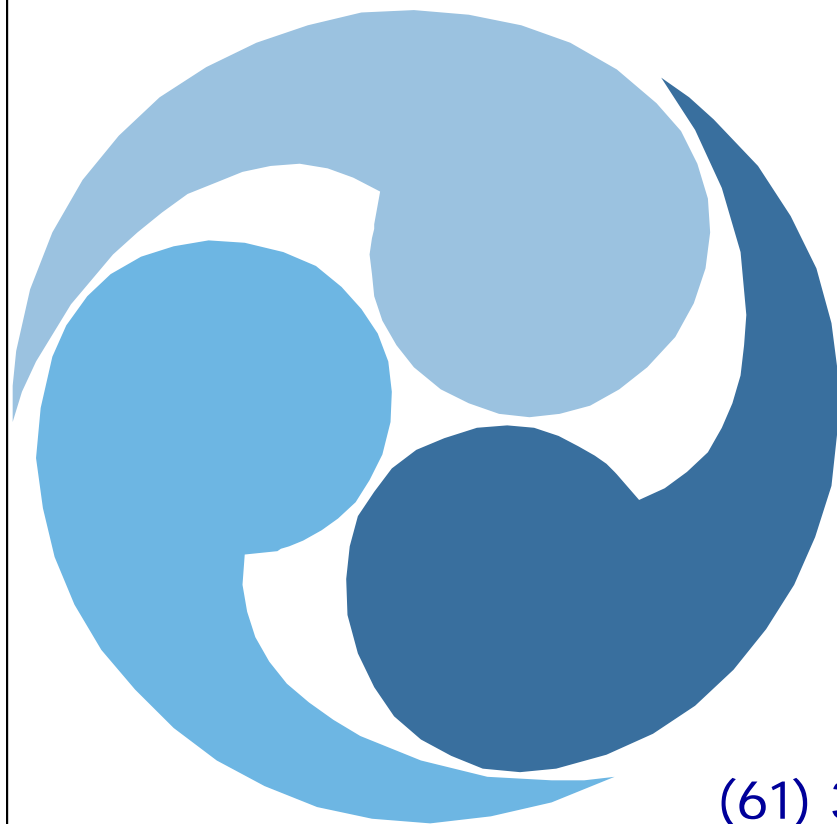
Jordão / AC

“Constatação:

Recebimento de recursos do Programa Farmácia Básica, por meio de transferência fundo a fundo, pelo município de Jordão, sem cumprimento dos requisitos estabelecidos na Lei nº. 8.142/90.”

“Constatamos que o município de Jordão vem recebendo do Fundo Nacional de Saúde (FNS) e da Secretaria de Estado da Saúde do Acre – SESACRE, por meio de transferência fundo a fundo, recursos do Programa Farmácia Básica, **sem que tenha sido formalmente criado o Fundo Municipal de Saúde nem elaborados o Plano Municipal de Saúde e o Relatório de Gestão Anual.**”

Projeto de Apoio à Gestão e Organização de Fundo de Saúde



Apoiadores

Badio.santana@saude.gov.br

Cleomar.caixeta@saude.gov.br

Carolina.queiroz@saude.gov.br

Daniella.musy@saude.gov.br

Divainne@saude.gov.br

Vinicius.andrade@saude.gov.br

Rosa.bernardo@saude.gov.br

Almir.filho@saude.gov.br

Coordenador:

Nei.amorim@saude.gov.br

(61) 3315-3796/ 3810/ 3977/3223/3226/3194

Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Anexo A,
Sala 223 – Brasília/DF – CEP: 71.058-900